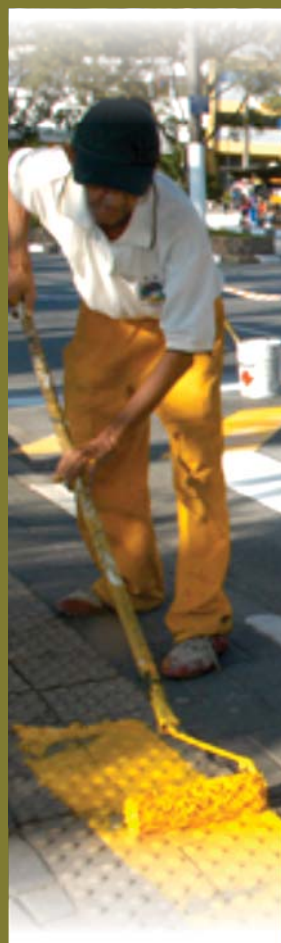


Construindo e reconstruindo a cidade do futuro





Construindo e reconstruindo a cidade do futuro





Editora

Fundação Ulysses Guimarães

Coordenação

Eliseu Lemos Padilha

Organização

Elisiane da Silva

Gervásio Rodrigo Neves

Jolie de Castro Coelho

Revisão de português

Tayana Moritz Tomazoni

Prof. Ms. Eduardo Corseti
Ciência política

Prof. Ms. Heinrich Hasenack
Geografia/Ecologia

Prof. Ms. Luiz Antônio A. Nejar
Economia/Estatística

Prof. Ms. Telmo Motta
Matemática/Demografia

Prof^ª Carmem Franco
Geografia

Prof^ª Laís Guimarães de Pinho Salengue
Urbanismo

Paulo Severo
Arquitetura/Urbanismo

Elisiane Silva
Direito

Carmem Trinca
Psicologia

Alexandre Almoarqueg
Tecnologia em Informática

Grupo de Estudos Urbanos

Prof. Dr. Gervasio Rodrigo Neves
Geografia

Prof. Dr. José Hugo Valvirio Castro Ramos
Sociologia

Prof. Ms. Luiz Gonçalves Miranda
Urbanismo

N51c Construindo e reconstruindo a cidade do futuro / Gervásio Rodrigo Neves ; organizado por : Elisiane da Silva ; tradução: Evelise Zimmer Neves – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. (Coletânea Cadernos de Gestão Pública; v.1).

44 p.

ISBN (Coleção completa): 978-85-64206-15-1

ISBN: 978-85-64206-16-8

1. Planejamento urbano. 2. Coletânea. I. Neves, Gervásio Rodrigo. II. Silva, Elisiane da. III. Neves, Evelise Zimmer. III. Fundação Ulysses Guimarães. IV. Título.

CDU 711(081.1)

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke.

CRB 10/1557





Palavra do Presidente

Com o lançamento destes CADERNOS DE GESTÃO PÚBLICA, a Fundação Ulysses Guimarães está ampliando o leque de suas contribuições para a sociedade brasileira: com o aperfeiçoamento das instituições políticas, com a elevação do nível de conhecimento e de participação – cidadania – e com a qualificação dos quadros voltados às funções públicas.

Coerentes com nosso compromisso de avanço e de aprimoramento ante o “*status quo*”, buscamos o apoio e de uma seletiva gama de professores, mestres e doutores de reconhecido compromisso com o avanço sociopolítico dos brasileiros, e a eles entregamos a responsabilidade de projetar e produzir estes Cadernos que, uma vez observados e entendidos, certamente elevarão o nível de eficácia da Gestão Pública e, paralelamente, o grau de satisfação da população com a atuação do Gestor Público.

Para gáudio de nossa Fundação, o emérito Professor, Mestre e Doutor GERVÁSIO RODRIGO NEVES, Diretor do Núcleo de Estudos sobre Estratégias para a Gestão Pública da Fundação Ulysses Guimarães, aceitou a difícil e majestosa missão de coordenar as dezenas de “*experts*” que aqui depositaram suas inestimáveis contribuições.

Só nos resta solicitar e desejar que estes Cadernos sejam lidos e assimilados por todos que a eles tiverem acesso, pois

assim terão maiores condições de bem agir no interesse da coletividade.

A Fundação Ulysses Guimarães cumprimenta e agradece penhoradamente a todos os professores, mestres e doutores que, sob a liderança do Professor Gervásio, fizeram desta proposta um excelente instrumento de avanço político, administrativo e social.

Eliseu Padilha
Presidente da Fundação
Ulysses Guimarães







*A política é a crítica contínua da realidade.
A política É um mecanismo de mudança,
não de preservação ou conservação.*

Zygmunt Bauman



Sumário

Apresentação	15
Introdução	19
PARTE A - A visão futura	21
1. A CIDADE COERENTE	21
2. A COERÊNCIA SOCIAL	22
3. COERÊNCIA ECONÔMICA	25
4. A COERÊNCIA AMBIENTAL	27
5. SÍNTESE DAS RELAÇÕES ESPACIAIS	28
PARTE B	30
1. Alterações sociais e políticas	30
2. Alterações econômicas	32
3. Alterações Ambientais	33
4. Alterações Urbanas	34
B2 - Os compromissos dos Urbanistas	36
ANEXO - História da Nova Carta de Atenas	39
Conceitos-chave	40
Agradecimentos	41





*Mapa urbano de Dubrovnik
Cidade da Croácia, no sul da Dalmácia, margens do Mar Adriático.*

*Refletindo sobre a nossa ação
nos municípios e cidades:
Pensando à frente*



Apresentação

*Gervasio Rodrigo Neves

Os temas da Carta de Atenas foram elaborados durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, num cruzeiro marítimo entre Marselha e Atenas em 1933. São referidas pelo menos três versões das atas do Congresso que, reorganizadas, foram posteriormente publicadas por *Le Corbusier*¹ em 1941 com o título de “Ville foncionelle” (Cidade funcional). A discussão naquele Congresso se realizou num clima de confronto com os arquitetos e urbanistas soviéticos que vetaram a realização do encontro que seria realizado em Moscou em 1932.

A contestação da Carta de Atenas, claramente apropriada por *Le Corbusier*² em 1942, teve início na preparação do X Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em 1956, na cidade de Dubrocnik, oportunidade na qual a comissão preparatória conhecida como Team X – indicada no IX Congresso em 1953 – elaborou uma nova reflexão sobre e para as cidades do futuro a partir de uma nova visão ou perspectiva. O Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) transformou esta reflexão no documento designado Nova Carta de Atenas, em 1998,

*Gervasio Rodrigo Neves é doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre, também em Geografia, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular livre docente da UFRGS e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1 - Charles-Edouard Jeanneret, pseudônimo de *Le Corbusier*, (La Chau-de-Fonds, 6/10/1887 - Roquebrune-Cap-Martin, 27 /8/ 1965) foi um arquiteto, urbanista e pintor francês de origem suíça, o qual juntamente com Frank Lloyd Wright, Alvar Aalto, Mies van der Rohe e Oscar Niemeyer se consagraram como os mais importantes arquitetos do século XX. Ficou conhecido por ter sido o criador da *Unité d’Habitat*, conceito sobre o qual começou a trabalhar na década de 1920.

2 - Charles-Éduard Jeanneret, conhecido como *Le Corbusier* (1887-1965). Vide: Robert Fishman. *Urban Utopia in the Twentieth Century: Ebenezer, Frank Hoyd Wright and Corbusier*. Cambridge, 1982; Jane Jacobs. *The Death and Life of Great American Cities*. 1961.

que foi revisto³ em 2003 na Conferência Internacional de Lisboa. Os urbanistas franceses preferem designar o novo documento como *Carta para o urbanismo das cidades do século XXI* ou simplesmente *Carta de Lisboa*⁴.

O texto aqui traduzido por Evelise Zimmer Neves, mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da última revisão realizada no Congresso de Lisboa, não é um manual, uma fórmula a ser preguiçosa e irresponsavelmente copiada e citada, mas um convite à reflexão sobre a dinâmica dos territórios contemporâneos.

Trata-se de uma carta de urbanistas e planejadores urbanos à sociedade da União Europeia. Entretanto, grande parte dos problemas territoriais urbanos e rurais - e é necessário enfatizar essa relação urbano-rural - estão presentes e ativos no Brasil, nos Estados, nos municípios, nos distritos e vilas, no pulsar dos corações e nas mentes dos brasileiros.

As transformações, as mutações e as dinâmicas demográficas permitem registrar no nosso grande e variado território diversas formas de “guetificação”, “deserificação”, “gentrificação”, de exclusão e de violência nas cidades e nas áreas rurais.

A leitura da Carta de Lisboa é um excelente exercício para pensarmos sobre as cidades e agirmos em função delas, das suas periferias e dos territórios rurais, pois a Carta amplia as perspectivas das questões urbanas do presente e das cidades do futuro como resposta aos efeitos perversos da globalização, que tendem à imposição da uniformização e à destruição das identidades do regional (a América

3 - A Carta inicial prevê uma contínua atualização.

4 - Não confundir com o Tratado de Lisboa da União Europeia.

Latina e o MERCOSUL), do estadual, do local, e da vivência pessoal contraditória e conflituosa da sociedade líquida⁵.

Tanto como a velha, suspeita e controversa Carta de Atenas, a Carta de Lisboa está sujeita a severas críticas. Porém, só a crítica permitirá que a nossa reflexão e a nossa ação nas cidades, em benefício do cidadão de hoje e do que se forma no século XXI, avancem.

É necessário registrar que a reflexão sobre as cidades, as propostas às cidades do presente e do futuro estão em discussão aberta desde a metade do século XX, antes da “Rio 92”, especialmente nos Estados Unidos⁶, onde a sociedade civil já registrava as consequências do esfacelamento, da descontinuidade, da dispersão do processo de urbanização com a substituição da “fabricação das cidades pela fabricação dos subúrbios” com todas suas consequências sociais e ambientais. Depois, por meio da “Agenda 21”, houve a adoção, pela ONU, do conceito de desenvolvimento sustentável e a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972), destacando-se iniciativas que se processavam na Europa, as quais, às vezes, respondiam a crises conjunturais. São os casos da Carta de Leipzig sobre as cidades europeias ou cidades “duráveis” (2007), do Fórum Europeu de Cidades (Montpellier, 2008) e da Declaração política da região da Valônia (2009).

Segue a transcrição da Carta de Lisboa.

5 - Vide Zygmunt Bauman. *La sociedade líquida*. Buenos Aires, 2008. Do mesmo autor.

6 - Vide Jacques Chevalier. *La ville durable, vue des Etats-Unis*. Unité Mixte de Recherche 6590 ESO - Espaces géographiques et société. Vide New Urbanism.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS EUROPEAN COUNCIL
OF TOWN PLANNERS CONSEIL EUROPÉEN DES URBANISTES

A Nova Carta de Atenas 2003⁷

(ou A Carta de Lisboa⁸)

A percepção do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI

Lisboa, 20 de Novembro de 2003.

7 - Tradução: Evelise Zimmer Neves - Historiadora, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Janeiro/2013. Tradução realizada a partir do texto em francês, apresentado pelo senador Jean-Pierre Sueur, em nome da "Délégation à la prospective", no "Rapport d'information" "*Villes du futur, futur des villes: quel avenir pour les villes du monde?*" no Senado da Republica Francesa, em 9 de junho de 2011.

8 - Não confundir com o *Tratado de Lisboa* que começou a vigorar para o conjunto dos Estados membros da União Europeia a partir de 1º de dezembro de 2009.



Introdução

O Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) está convencido de que durante o século XXI, a Europa chegará à plena integração. Nesta perspectiva, o CEU apresenta sua perspectiva partilhada e amplamente discutida sobre o futuro das cidades europeias. Seguem os fundamentos da *Nova Carta de Atenas 2003* (parte A). As cidades:

- ⇒ conservarão a riqueza cultural e suas diversidades, resultantes da sua longa história;
- ⇒ manter-se-ão ligadas entre si por múltiplas e variadas redes, de conteúdos amplos e variados e de funções úteis;
- ⇒ permanecerão criativas e competitivas, mas procurarão, simultaneamente a complementaridade e a cooperação;
- ⇒ contribuirão decisivamente para o bem-estar dos seus habitantes e, no sentido mais estrito, de todos aqueles que as utilizam;

A percepção que fundamenta a *Nova Carta de Atenas 2003* é completada, na parte B, com breve referência às principais questões e desafios que, já no início do século XXI, afetam as cidades; também são expostos compromissos necessários e fundamentais aos urbanistas para eles porem em prática esta perspectiva.

A *Nova Carta de Atenas 2003* dirige-se, sobretudo, aos urbanistas que trabalham na Europa e a todos os que se interessam por esse tipo de trabalho, a fim de orientá-los nas ações, de modo a assegurar maior coerência na construção de uma rede de cidades com significado

pleno e a transformar as cidades europeias em *cidades coerentes*, em todos os níveis e em todos os domínios.

O *planejamento* estratégico do território e o urbanismo são indispensáveis para garantir o *Desenvolvimento Sustentável*, hoje entendido como a organização cuidadosa e cautelosa do espaço comum, que é um dos recursos mais raros, de limitada oferta e com procura crescente nos locais onde se concentra a civilização. Isso implica o trabalho de equipes multidisciplinares, abarcando todas as disciplinas e “conhecimentos”, em várias escalas e num processo de longo prazo. Este atributo especial que caracteriza a especificidade dos urbanistas consiste em considerar simultaneamente uma variedade de questões e de prever o seu impacto no espaço e na sociedade.

O Conselho Europeu de Urbanistas está consciente também tanto da variedade como da universalidade do urbanista na Europa, pois este profissional se responsabiliza pela riqueza e pela diversidade das cidades e das regiões europeias.



PARTE A

A visão futura

1. A CIDADE COERENTE

Na segunda metade do século XX foram formulados inúmeros prognósticos pessimistas sobre o futuro das cidades europeias, como o declínio dramático das taxas de produtividade, o abandono e a implosão das zonas urbanas centrais, a criminalidade desenfreada, o aumento das taxas de poluição e de degradação ambiental, assim como a perda de identidade. Felizmente, estes vaticínios não se materializaram integralmente, apesar das evidências de que, no início do século XXI, as cidades do Velho Continente estão longe de ser modelos ideais, ainda mais quando confrontadas com os enormes desafios que enfrentarão.

Como resposta, o Conselho Europeu de Urbanistas propõe a sua perspectiva, no limiar do novo milênio. Essa visão não é nem uma nova utopia, nem uma projeção delirante de inovações tecnológicas. Essa nova visão se centra na Cidade Coerente. É essencialmente uma fotografia da cidade que gostaríamos que as nossas fossem, agora e no futuro. Essa visão é a expressão do objetivo pelo qual os urbanistas europeus se comprometem a trabalhar e com o qual procuram contribuir, aplicando o melhor das suas capacidades profissionais – um objetivo que pode muito bem ser atingido se essa visão vier a ser o objetivo de todos os atores responsáveis pelos processos de desenvolvimento e de gestão sustentáveis do território.

A Cidade Coerente integra um conjunto variado de mecanismos lógicos e de interligação que atuam em diferentes escalas; incluindo tanto os elementos de coerência visual e material das construções, como os mecanismos

de coerência entre as diversas funções urbanas, as redes de infraestrutura e a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Coerência no tempo

Desde os primórdios, os estabelecimentos humanos mais antigos foram criados para assegurar abrigo e segurança às pessoas e para a troca de bens, resultando em sociedades organizadas, que desenvolveram uma grande quantidade de conhecimentos, que se tornaram altamente produtivas e que se transformaram em importantes centros de civilização. Foram construídas em locais criteriosamente escolhidos, mantendo-se durante muito tempo uma clara distinção entre os limites da cidade e das zonas rurais e naturais envolventes, mesmo quando as suas muralhas se tornaram obsoletas ou foram demolidas.

As cidades europeias distinguem-se dos aglomerados urbanos, de grande parte do mundo, pelo seu longo período de desenvolvimento através da História, que reflete as características das estruturas políticas, sociais e econômicas das nações. A História e essa diversidade modelaram as suas diferenças.

Em contraste, a cidade do século XXI torna-se cada vez mais difícil de definir e identificar, porque as atividades humanas, que se localizavam nas cidades, estenderam-se e espalharam para os espaços que as rodeiam, alastrando-se para os espaços rurais e espaços anteriormente naturais. As redes de transporte e outras infraestruturas construídas para ligar essas atividades dispersas fragmentam e degradam o espaço – o principal recurso natural não renovável. Lenta, mas inexoravelmente, novas redes complexas ligam pequenas e grandes cidades entre si, criando contínuos urbanos já perceptíveis

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

em inúmeras partes da Europa, onde as cidades clássicas se transformam em simples componentes de novas redes informais. Os efeitos prejudiciais de tal tendência devem ser inevitavelmente abordados numa perspectiva de futuro para as cidades.

O futuro é construído a cada instante do presente pelo efeito de nossas ações. O passado oferece-nos lições de grande valor para o futuro.

Assim, relativamente a determinados aspectos, a cidade de amanhã já existe hoje. Existem, no entanto, muitas características da vida na cidade que apreciamos e gostaríamos de realçar e de transmitir às gerações futuras. Qual é, então, o problema fundamental das cidades de hoje? É a falta de coerência: não só em termos materiais, mas também em termos de continuidade de evolução no tempo, fatores que afetam as estruturas sociais e as diferenças culturais. Isso não significa somente a continuidade das características dos espaços construídos, mas também a continuidade da identidade, que é um valor muito importante a se salvaguardar e se promover num mundo tão dinâmico. No futuro, é o conceito de cidade em rede, composta de conjuntos urbanos policêntricos organizados em rede, que ressurgirá, tendo já muitos desses conjuntos ultrapassado as fronteiras nacionais na perspectiva de uma nova Europa.

2. A COERÊNCIA SOCIAL

O equilíbrio

O futuro bem estar da humanidade requer que cada pessoa seja simultaneamente considerada um indivíduo, que mantenha liberdade de

escolhas específicas, mas que seja também membro de comunidades ligadas ao conjunto da sociedade, como as partes de um todo. Esse é um importante objetivo de coerência para a cidade, que, na sua essência, é o respeito aos interesses da sociedade como um todo, tendo em conta as necessidades, os direitos e os deveres dos diversos grupos e dos cidadãos individualmente.

Mas o fato de se facilitar a expressão multicultural e a troca entre diferentes grupos sociais não é suficiente. Há grandes disparidades econômicas a serem enfrentadas na União Europeia, problemas que parecem ter sido exacerbados pelo sistema de liberalização dos mercados e de competição, respondendo ao atual contexto de globalização das trocas e do poder. Se as tendências continuarem a ser as mesmas, elas conduzirão sociedade à ruptura do tecido econômico e social. Para evitar essa situação, é necessário fazer emergir uma nova abordagem de governança envolvendo todos os atores, e propor a resolução dos problemas sociais, tais como o desemprego, a pobreza, a exclusão, a criminalidade e a violência. Uma cidade coerente no plano social deverá ser capaz de fornecer segurança e de dotar seus habitantes de um sentimento de tranquilidade.

Ainda que esses nobres objetivos ultrapassem a esfera da tarefa do urbanista, a cidade coerente do século XXI deverá procurar também a maior diversidade de oportunidades, de escolhas econômicas e de emprego para todos os que nela habitam e trabalham, e deverá assegurar melhor acesso à educação, à saúde e ao maior número de equipamentos. Enfim, novas formas de estruturas sociais e econômicas corrigirão

as grandes disparidades sociais, causadas pela exclusão, pobreza, desemprego e criminalidade, e proporcionarão o novo quadro de vida necessário à correção daqueles desequilíbrios.

Envolvimento

As cidades europeias do futuro serão ainda mais utilizadas, não somente pelos seus residentes, mas por todos os que utilizam seus equipamentos e serviços, permanente ou temporariamente (habitantes das periferias e visitantes). Os estrangeiros, tanto os pouco especializados como os altamente qualificados, virão residir nas cidades por curtos ou longos períodos. É preciso estar preparado para que esses grupos possam vir a ter uma importância crescente em muitas das cidades europeias. As instituições e as práticas democráticas deverão assim responder às necessidades e ao bem-estar desses grupos sociais, já que os atuais sistemas de governança urbana, limitados principalmente pelos votos dos habitantes permanentes, não poderão responder equitativamente às novas condições sociais da cidade, especialmente em assuntos de desenvolvimento urbano. Na cidade coerente, serão desenvolvidos novos sistemas de representação e de participação a fim de se maximizar o acesso à informação por parte dos cidadãos e dos residentes, e de se facilitar o desenvolvimento de redes de cidadãos ativos. Dessa forma, dar-se-á voz a todos os habitantes e utilizadores da cidade para que participem da construção do futuro do seu ambiente urbano.

Será dado tempo suficiente aos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento e o urbanismo, de forma a que os elos sociais se possam estabelecer

e que as interações positivas sejam facilitadas. É provável, com efeito, que na cidade coerente do futuro, numerosos grupos de residentes, permanentes ou temporários se limitem a utilizar equipamentos e serviços urbanos e que rejeitem a responsabilidade de decisão local. No entanto, exigirão qualidade e estarão preparados para pagar o uso que fizerem de equipamentos, serviços e infraestruturas.

Riqueza multicultural

A tendência crescente de unificação da Europa terá um impacto lento, mas claro na mobilidade e no emprego, e as cidades europeias serão realmente mais multiculturais, bem como multilinguísticas. Serão estabelecidas novas conexões, num equilíbrio delicado e adaptativo, de modo a que cada cidade mantenha o seu caráter, a sua cultura e a sua identidade, encorajando cada grupo que aí habita ou trabalha a viver a sua própria vida social e cultural, e a desempenhar um papel visível nas questões relativas ao seu ambiente social e físico. O Desenvolvimento Sustentável – integrando as dimensões econômica, ecológica e social das transformações baseadas na participação e na responsabilização dos atores – deverá ser o melhor caminho para tornar isso possível.

Relações entre as gerações

As alterações do equilíbrio entre os diferentes grupos etários da população europeia em envelhecimento impõem a necessidade de restabelecer laços de coesão entre as gerações. Esse novo e crescente desafio social não deve ser expresso apenas em termos sociais e

econômicos, mas também na criação de infraestruturas e de redes especificamente adequadas; o objetivo consiste em considerar as necessidades da vida social de todas as gerações, assim como criar novas atividades adequadas aos ritmos específicos das pessoas aposentadas e dos mais velhos, especialmente na concepção, utilização e localização dos espaços públicos.

Identidade social

A identidade pessoal dos cidadãos está intimamente relacionada com a identidade da sua cidade. Ora, as dinâmicas que resultarem do fenômeno da imigração urbana contribuirão para novas e mais fortes identidades urbanas. Cada cidade desenvolverá a sua própria alquimia social e cultural – resultado da sua história e das formas do seu desenvolvimento. Terá como consequência a manutenção de uma grande diversidade de características e identidades das cidades e das regiões nas diferentes partes da Europa.

Na cidade coerente, as trocas e as integrações entre as diferentes culturas presentes darão à vida na cidade uma riqueza e uma diversidade muito maiores, que serão agregadas à atratividade da cidade, não só no que se refere à residência, como também no que tange ao trabalho, à educação, aos negócios e ao lazer.

Fluxos e mobilidade

Nas cidades europeias do futuro, os habitantes terão à sua disposição uma variedade de escolhas de meios de transporte, assim como redes de informação ativas e acessíveis.

Na Cidade coerente e no seu “hinterland” regional, o uso criativo de

novas tecnologias permitirá oferecer uma variedade de sistemas de transporte para pessoas e bens, e para os fluxos dos mais variados tipos de informação. Em escala local, a tecnologia e a gestão do tráfego serão utilizadas para facilitar a diminuição da utilização dos veículos privados. Em escala estratégica, as relações entre vizinhanças, cidades e regiões serão facilitadas pela evolução da Rede Europeia de Transporte, que oferecerá ligações rápidas, agradáveis, sustentáveis e econômicas entre os locais de trabalho, de educação, de habitação, de cultura e lazer. Na escala das cidades organizadas em rede, será a melhoria das condições de troca entre os diferentes meios de transporte que facilitará a mobilidade. As melhorias dos níveis de dotação em infraestruturas serão contrabalançadas pela importância que será concedida, por outras razões, à escolha entre continuar a viver nos locais habitados do território, mas afastados das redes de transporte rápido, e nos locais de vida urbana intensa.

No entanto, a organização do espaço numa cidade coerente deve incluir a integração completa das políticas de transporte e das políticas urbanas, que serão complementadas por regras de composição urbana imaginativas, adaptadas a este objetivo, e pelo acesso mais fácil à informação, que reduzirá a necessidade de deslocamentos inúteis. As facilidades de deslocamento e de acesso e uma maior variedade de escolha de meios de transporte serão cada vez mais um elemento crítico da vida na cidade.

Equipamentos e Serviços

Os serviços urbanos e a habitação deverão estar adaptados à evolução muito rápida das necessidades e da

disponibilidade de meios dos residentes; a sua programação deverá ser flexível e adaptada aos novos modelos de utilização da cidade que forem surgindo. Tanto o acesso aos equipamentos e aos serviços educativos, comerciais, culturais e de lazer, tanto o direito à habitação devem ser assegurados em condições acessíveis, especialmente financeiras – preços e custos de financiamento – que os cidadãos possam suportar, num espírito de identidade de cada comunidade, com segurança.

3. COERÊNCIA ECONÔMICA

As cidades europeias do século XXI continuarão a ser fortemente interdependentes das atividades econômicas. Todas tentarão pertencer a redes econômicas densas e de malha fina, conjugando eficácia e produtividade, mantendo altos níveis de emprego e procurando assegurar uma margem de desenvolvimento competitivo no quadro da economia global, de forma a se adaptarem continuamente às mudanças internas e externas.

Globalização e regionalização

As atividades econômicas são hoje influenciadas pela combinação de duas forças principais: a globalização e a especialização (local ou regional). Por um lado, as novas atividades econômicas estão, mais do que nunca, baseadas no conhecimento, com uma forte aplicação de tecnologias inovadoras, tanto na produção, como nos serviços. De certa forma, a maior parte desses processos de desenvolvimento não estará estreitamente vinculada com a história do local onde tais processos serão aplicados, pois a

aplicação será sempre determinada por critérios econômicos. Haverá também uma procura crescente por produtos raros e requintados e por serviços associados a processos específicos de produção tradicional ou por aqueles que correspondam à reinterpretação de produtos típicos de origem controlada. No primeiro caso, a relação qualidade/preço entre os custos a pagar e as facilidades disponíveis jogará um papel importante na decisão da instalação das empresas. No segundo, as características qualitativas serão predominantes. O equilíbrio entre fatores de desenvolvimento endógenos e exógenos será, assim, um desafio particularmente estratégico para as cidades e regiões da Europa. A procura de novas coerências econômicas e culturais deverá andar a par e passo com a abertura da Europa para o Leste, e os esforços de integração correspondentes encorajarão e reforçarão a diversidade cultural.

Nesse contexto, as cidades precisarão cada vez mais fazer escolhas estratégicas sobre sua orientação econômica. Terão que escolher entre encontrar cada vez com maior flexibilidade a sua própria interpretação local da procura, ou acolher os processos de globalização, salientando-se, aqui, a crescente diversidade de oportunidades. As cidades poderão também cultivar sua própria identidade econômica. As economias locais e regionais se tornarão cada vez mais interligadas às economias de outras regiões, tanto em nível nacional, como internacional; o crescimento dos sistemas de inter-relações econômicas entre cidades coerentes contribuirá, de diferentes formas, para melhorar o acesso dos cidadãos ao pleno emprego e a uma maior prosperidade, que são o objetivo último da Europa.

Vantagens competitivas

No século XXI, as cidades melhor sucedidas economicamente serão aquelas que souberem capitalizar as suas vantagens competitivas. Dispor de um elevado grau de inter-relação em vários níveis será um grande trunfo. Para uma cidade que procure a coerência, capitalizar os seus atributos culturais e naturais, gerindo os valores herdados da História e promovendo a sua singularidade e diversidade, será cada vez mais uma vantagem significativa. Pela mesma razão, a oferta de um quadro de vida e de trabalho agradável, são e seguro, aumentará consideravelmente, no futuro, a possibilidade das cidades se manterem atrativas, em resposta às exigências crescentes demandadas pelas atividades econômicas.

Uma cidade de sucesso explora os seus melhores atributos endógenos e exógenos. Deve avaliar permanentemente a sua posição e adaptar-se para conservar as suas vantagens, apesar do contexto de mudança permanente. As tendências devem ser analisadas permanentemente. Devem ser estudados múltiplos cenários, regularmente, para avaliar os pontos fortes e os pontos fracos e agir em conformidade com as necessidades.

Desenvolvimento das redes de Cidades

Para aumentar as suas vantagens competitivas, as cidades serão cada vez mais pressionadas a vincularem-se às diversas redes que funcionam como sistemas integradores, sendo as cidades os seus nós, relacionados física ou virtualmente, ou de ambas as formas.

Estas redes urbanas policêntricas serão de diversos tipos:

Redes de Sinergia: entre as cidades com especializações semelhantes, que, através da cooperação funcional e dos meios de organização comuns, atingirão as condições de visibilidade, de dimensão e de produtividade necessárias para a competição ou para o desenvolvimento de objetivos comuns.

Redes de Complementaridade: interligam cidades com especializações diferentes, permitindo-lhes abastecer-se mutuamente. A especialização que apresentam em comum pode viabilizar a captação de investimentos em grandes projetos públicos.

Redes Flexíveis: cidades interligadas por um sistema flexível de troca de bens e serviços.

Redes de Notoriedade: cidades partilhando interesses comuns (econômicos e/ou culturais) relativos aos efeitos positivos das respectivas imagens, a fim de reforçar a vantagem competitiva de cada uma.

Redes policêntricas: os tipos de inter-relações e de coerência entre os nós das diferentes redes de cidades dependem da natureza das relações esperadas: fluxos de bens materiais ou fluxos de elementos imateriais, como a informação ou as funções asseguradas por uns e por outros, ou em comum.

As redes policêntricas de cidades organizadas sob estas diferentes formas assegurarão a distribuição, o crescimento e o poder das atividades econômicas através da Europa. A definição de novas redes de cidades, a sua constituição e o posicionamento individual das cidades em cada rede, implicará o envolvimento de um elevado número de especialistas no

desenvolvimento estratégico das cidades e territórios.

Diversidade econômica

A coesão econômica das cidades europeias não se fará à custa da perda da sua diversidade; pelo contrário, contribuirá para isso, pois sua participação em sistemas de cooperação irá encorajar a especialização, a diversificação e a exploração das vantagens competitivas de cada cidade. Os fatores que, daqui por diante, influenciarão a “performance” econômica das cidades (o patrimônio cultural e natural, a existência de recursos humanos habilitados e especializados, a vida cultural e um ambiente agradável, ou uma localização estratégica, entre outros) serão combinados de diferentes formas em cada cidade, contribuindo assim para a variedade urbana e permitindo a cada cidade determinar o seu próprio equilíbrio entre prosperidade econômica e qualidade de vida.

4. A COERÊNCIA AMBIENTAL “Input-Output”

O ser humano não pode ser dissociado de seu ambiente natural. O seu contato com a natureza não é somente uma fonte de bem-estar, mas também uma condição de sobrevivência. Assim, a componente ambiental do Desenvolvimento Sustentável não diz respeito apenas à preservação e reinstalação de zonas naturais nas cidades e no seu entorno, mas implica também muitos outros elementos.

O principal desafio do século XXI será o de assegurar a utilização sensata dos recursos disponíveis, especialmente aqueles que são naturais e não renováveis, tais quais o solo, o ar e a água;

- ⇒ Um passo importante será proteger as cidades contra os excessos de poluição e de degradação, para que as cidades possam conservar a sua utilidade;
- ⇒ As cidades do novo milênio irão gerir permanentemente o balanço “input-output” dos recursos consumidos, com prudência e economia, adaptando-o às necessidades reais, utilizando tecnologias inovadoras que minimizem o consumo pela reutilização e reciclagem em níveis tão altos quanto possível.

A produção de energia e o seu uso serão uma das principais preocupações, com níveis de eficiência sem precedentes e uma crescente utilização de fontes de energia renovável;

Enfim, a cidade cessará de exportar os seus resíduos para as áreas de seu entorno e se tornará um sistema coerente e autossuficiente, tratando e reutilizando a maioria dos recursos importados.

Uma abordagem ambiental semelhante, associada às técnicas de gestão de riscos, será utilizada para minimizar os efeitos dos desastres naturais. Desse modo, ao se limitar a ocupação das zonas sísmicas mais expostas, os efeitos catastróficos dos tremores de terra serão contidos através de um zoneamento apropriado. Os efeitos das inundações por rios, tempestades e outros fenômenos climáticos extremos, causados pelas alterações do clima e pela falta de proteção, serão minimizados pelo ordenamento dos vales inundáveis e das bacias hidrográficas.

As florestas e estruturas verdes serão aumentadas, tanto no interior, como ao redor das cidades, de forma a poderem desempenhar um papel importante na melhoria da qualidade do ar e na estabilização das temperaturas.

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

Acessoriamente, estas medidas terão também efeitos secundários muito positivos, mitigando os impactos de processos de urbanização galopantes.

Cidades saudáveis

A gestão ambiental e a aplicação prática dos princípios do Desenvolvimento Sustentável produzirão uma cidade que será mais salubre e, por isso, mais saudável para a vida humana. Com efeito, na Europa do futuro, é provável que os riscos para a saúde pública, a alimentação e a utilização de materiais contendo substâncias tóxicas sejam largamente eliminados. Essas medidas serão complementadas por todo um conjunto de serviços de saúde e sociais, colocados à disposição de todos os cidadãos de forma equitativa, dando-se especial importância à prevenção.

Natureza, paisagem e espaços livres urbanos

A oportunidade para todos de viver e trabalhar em seu próprio ambiente, com um património cultural e natural bem conservado (paisagens significativas, sítios arqueológicos, monumentos, espaços rurais e vizinhanças tradicionais, parques, praças e outros espaços exteriores, massas de água, lagos, rios, zonas úmidas, litoral marítimo e margens de rios, reservas naturais), será cuidadosamente preservada e multiplicada. O planeamento do território e urbanismo continuará a ser a ferramenta eficaz para a proteção desses elementos do património natural e cultural, bem como o veículo para a criação de novos espaços livres que darão coerência aos tecidos urbanos.

A relação emocional do homem com o seu ambiente, o sentido de pertencimento ao lugar, é condição fundamental para um

cidadão alcançar a qualidade de vida na cidade.

As cidades e as aglomerações urbanas mais apreciadas são aquelas que proporcionam uma experiência ambiental rica e positiva. A qualidade ambiental que contribui para a harmonia social e a vitalidade cultural tornam-se um dos fatores-chave do sucesso económico de uma cidade.

Energia

Novas formas de energia, obtidas a partir de recursos não poluentes e renováveis, serão utilizadas para satisfazer as necessidades de energia das cidades do século XXI, especialmente em setores-chave como transporte, e em outras atividades que afetam o controle microclimático. Por outro lado, os sistemas de distribuição de energia e as suas infraestruturas serão muito mais eficientes pela utilização de novas tecnologias, porque assim se reduzirá o consumo de energia de maneira drástica. Esses grandes progressos terão efeito muito positivo sobre a diminuição da poluição do ar, sobre o efeito estufa e sobre as alterações climáticas.

5. SÍNTESE DAS RELAÇÕES ESPACIAIS

Os elementos de coerência económica, social e ambiental acima apresentados terão uma forte influência e grande impacto sobre o urbanismo e sobre o desenvolvimento e ordenamento do território.

A coerência na utilização do espaço

Os elementos de coerência económica, social e ambiental anteriormente expostos

terão forte influência e grande impacto sobre o urbanismo, o desenvolvimento e a organização dos territórios.

Através do planejamento prudente e de outras intervenções adequadas, a articulação das diferentes redes espaciais, no interior e ao redor das cidades, será particularmente melhorada. Nas cidades coerentes, as funções essenciais dos centros e de outros nós das redes policêntricas serão mantidas e melhoradas; esses locais serão servidos eficazmente por redes de comunicação e transportes, sem que esses prejudiquem a sua vitalidade e animação.

Para ser coerente com esses princípios, os espaços naturais do Continente europeu deverão ser efetivamente protegidos contra a extensão e a multiplicação das redes urbanas, tanto pela conjugação de medidas de proteção e estímulo, como pela promoção pública da tomada de consciência sobre o valor e a necessidade absoluta da sua salvaguarda e valorização.

A importância do espírito do lugar e da cultura na coerência da cidade e na sua qualidade de vida

Paralelamente às considerações sobre o uso e a organização dos solos e do espaço, a atratividade própria de cada cidade europeia será preservada e melhorada, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida para todos, já que cerca de três quartos da população da Europa habitam suas cidades. O desenho e a composição urbana serão os elementos essenciais para o renascimento das cidades. Permitirão eliminar, através de diferentes políticas de espaços urbanos e de diferentes tipos de medidas e intervenções, nas quais o urbanista terá um papel chave, as clivagens entre as várias partes da cidade.

O desenho e a composição urbana também procurarão preservar o caráter próprio de cada cidade e a sua continuidade face à tendência de homogeneização das relações interpessoais. As medidas incluem:

- ⇒ renovação do desenho e da composição urbana para proteger e melhorar as ruas, as praças, os passeios de pedestres e outros percursos, como instrumentos da coesão social e da continuidade do tecido urbano;
- ⇒ reabilitação das formas urbanas não humanizadas e degradadas;
- ⇒ facilitação dos contatos entre as pessoas de forma a multiplicar os locais de descanso e de lazer;
- ⇒ melhora do sentimento individual e coletivo de segurança, que é um elemento essencial da liberdade e do bem-estar individuais;
- ⇒ criação de ambientes urbanos simbólicos provenientes do espírito próprio de cada lugar, valorizando-se, assim, a diversidade de cada cidade;
- ⇒ manutenção e exigência de um alto nível de excelência estética em todos os locais da cidade;
- ⇒ proteção sistemática dos elementos do patrimônio natural e cultural, assim como a proteção e a extensão das redes de espaços livres urbanos.

Cada um desses desenvolvimentos positivos será gerido de diferentes formas em cada país e em cada cidade, segundo as condições históricas locais e segundo a importância atribuída às condições sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, a coesão no seio da União Europeia expandida aumentará; as estruturas administrativas

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

e sociais da Europa ganharão maturidade e as orientações sobre a organização e o planejamento, e a preservação do espaço serão gradualmente incorporadas e postas em prática, sendo incluídas no “acquis communautaire”.

Os objetivos comuns às cidades europeias se tornarão claros e amplamente aceitos, enquanto cada uma procurará valorizar e manter seus elementos de caráter único.

Um novo modelo para a Europa

Para a Europa, como comunidade global que busca encontrar seu futuro coletivo em meio a conflitos recorrentes e experiências políticas e econômicas frequentemente equivocadas, a evolução coerente das suas cidades será um dos seus resultados mais positivos.

Uma das principais contribuições da Europa no séc. XXI será o novo modelo de desenvolvimento das cidades antigas e modernas: cidades verdadeiramente coerentes em todos os sentidos da palavra; cidades inovadoras e produtoras de riqueza, criativas nas ciências, na cultura e nas ideias, assegurando condições de vida e de emprego decentes, em quantidade e em qualidade; cidades que assegurem a coerência entre o passado e o futuro através do pulsar do presente!

PARTE B

B1 - Questões e Desafios

As tendências de longo prazo devem ser consideradas com muita atenção em razão de seus efeitos potenciais no desenvolvimento de uma cidade. A História demonstrou que o futuro é amplamente determinado pelo passado

– por isso, as tendências de hoje devem ser vistas através de olhar crítico. No entanto, é necessário que os efeitos reais de tendências constatadas possam às vezes não ser antecipados, porque imprevistos podem também influenciá-los.

Nesse capítulo, as tendências são classificadas em quatro conjuntos principais:

- ⇒ Alterações sociais e políticas;
- ⇒ Alterações econômicas e tecnológicas;
- ⇒ Alterações ambientais;
- ⇒ Alterações urbanas.

As alterações esperadas são examinadas em seus efeitos previsíveis sobre as cidades e pelas questões e desafios que se colocam, tanto às cidades como aos urbanistas.

1. Alterações sociais e políticas *Tendências*

Enquanto as forças da globalização se espalham por todo o mundo, manifestações de uma “Europeização” aparecem como claras e evidentes no “Velho Continente”. As fronteiras perdem o seu sentido pelo processo de unificação, e o tempo e a distância parecem perder importância. Os cidadãos dos diferentes países estabelecem contatos diretos e as cidades competem umas com as outras em escala global.

A cultura das cidades é não somente influenciada pelas inovações tecnológicas, mas também pelas diferenças culturais que os imigrantes trazem. Além disso, o envelhecimento contínuo da população e a diminuição do tempo médio passado no trabalho, assim como a rápida alteração da composição sociocultural das populações das cidades, conduzem à procura por serviços e produtos cada vez

mais diversificados. Ao mesmo tempo, cada vez mais pessoas que utilizam os serviços oferecidos pelas cidades habitam fora dela, de tal forma que novos grupos de “consumidores” e de “usuários” das cidades passam a emergir ao lado dos residentes.

Na Europa, as mudanças radicais de governos influenciam o contexto do ordenamento e da gestão das cidades. A falta de regulamentação e a privatização oferecem novas vias para o financiamento e permitem novos projetos de desenvolvimento. As cidades, forçadas a entrar na esfera da competição por investimentos entre diferentes cidades, adotam, frequentemente, um estilo empresarial de gestão, com visões de curto prazo, e, sobretudo, com objetivos ditados por razões financeiras, bem diferentes daqueles tradicionalmente associados à atividade dos poderes públicos locais, cuja função principal é a promoção do interesse público. Isso se exprime, por exemplo, pelo desenvolvimento de numerosas parcerias público-privadas, por um nítido compromisso com as abordagens e técnicas de “marketing” urbano ou pela procura de investimentos promocionais. Isso conduz, por vezes, os poderes públicos locais a negligenciar a participação do público nas políticas de urbanismo estratégico. Violações do processo democrático poderão surgir nas cidades que se apoiarem demasiadamente no setor privado para distribuir os benefícios sociais do desenvolvimento.

Questões das cidades

Mesmo quando os tempos de deslocamento parecem reduzir-se ou desaparecer, isso não significa que a acessibilidade melhore para todos. Muitos dos cidadãos sem posses são excluídos dos

benefícios das comunicações modernas, dos transportes, dos equipamentos e dos serviços. Zonas especialmente dedicadas a consumidores com rendimentos mais elevados tendem frequentemente a surgir em ambientes fechados, ao passo que os habitantes mais pobres ficam sem abrigo ou vivem nas áreas em declínio dos centros das cidades ou dos seus arredores.

Na Europa ocidental, muita gente se sente ameaçada pelo grande número de imigrantes, e podem até desenvolverem-se sentimentos de hostilidade, incentivados por mal-entendidos e preconceitos entre as diferentes culturas. O medo da delinquência e das catástrofes causadas pelo homem e pela natureza juntam-se a esse sentimento de insegurança urbana.

O envelhecimento da população europeia e a evolução da estrutura da família e dos laços familiares fazem emergir novos desafios sociais, ao mesmo tempo em que novas necessidades infraestruturais são geradas.

Muitos dos importantes problemas financeiros e sociais com os quais as cidades se debatem atualmente conduzem a deficiências na prática da democracia local, porque os poderes públicos deixam ao mercado muito da sua responsabilidade relativa à promoção do interesse comum. Os cidadãos sentem-se abandonados pelos seus representantes democraticamente eleitos e perdem a confiança no poder estabelecido. Menos respeito pela autoridade, menos paciência e menos envolvimento do público podem conduzir a atitudes egoístas e consumistas.

Desafios para as cidades do futuro

Os conceitos-chave do desenvolvimento sustentável, da identidade urbana, da vida

em comunidade, da segurança, da saúde e da proteção médica, tornam-se cada vez mais sensíveis e importantes para os urbanistas e para os processos de planejamento estratégico do território.

A necessidade crescente de um ambiente urbano que ofereça qualidade de vida, mas também a proteção da saúde e da segurança pública lançam às cidades o importante desafio de desenvolver um futuro no qual os aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental sejam equilibrados. Desenvolver novas identidades baseadas nas novas influências culturais é também um dos grandes desafios que as cidades devem resolver. A vida urbana tende a desenvolver uma grande diversidade de culturas capazes de coexistir e de respeitar a diversidade de suas tradições recíprocas. Além disso, as cidades europeias deveriam evoluir de tal forma que pudessem aproveitar as migrações internas dos cidadãos dos Estados Membros, atualmente autorizados a deslocar-se e a estabelecer-se livremente na maior parte dos países da Europa.

A recuperação dos laços e da solidariedade sociais entre as diferentes gerações parece ter-se transformado num elemento crítico para o futuro bem-estar das populações urbanas.

O desenvolvimento de processos inovadores de democracia local constitui um outro desafio importante – trata-se de procurar novas vias para mobilizar todos os aços, com o objetivo de aumentar a participação e de assegurar a promoção dos interesses comuns de todos os grupos. A participação dos cidadãos permite melhor compreensão das exigências das pessoas e pode dar início a uma verdadeira evolução cultural, que conduzirá à aceitação de

soluções muito diversas face às diferentes necessidades dos vários grupos, soluções estas que precisarão preservar sempre uma identidade partilhada da cidade.

2. Alterações econômicas e tecnológicas *Tendências*

No início do séc. XXI, a velocidade do desenvolvimento tecnológico – baseada na busca, na inovação e na difusão do vasto campo das ciências e técnicas – é mais rápida que em qualquer outro momento da história. Influencia os modos de vida, a economia, as estruturas territoriais e a qualidade das cidades, sejam elas grandes ou pequenas.

O desenvolvimento e o aprofundamento do conhecimento sobre os fundamentos da economia mudaram radicalmente as forças que conduziram ao desenvolvimento urbano na Europa. Os serviços de ponta estão se transformando na atividade principal das cidades, ao passo que o acesso universal aos equipamentos em rede torna possível o trabalho em casa, o comércio eletrônico e o “e-business”. As companhias mundiais organizam e gerem os seus negócios independentemente dos limites regionais e nacionais, utilizando e empregando recursos, como a mão de obra, onde a oferta deles estiver disponível e for mais barata. Os critérios de localização já não são aqueles da concentração de indústrias transformadoras – que perdeu a sua importância – já que a riqueza e a diversificação das atividades exercidas nas cidades, assim como a qualidade do ambiente urbano, tornaram-se os novos fatores decisivos para a localização das empresas. A competição internacional requer ao mesmo tempo especialização e cooperação das cidades, nas redes de cidades, tanto virtuais como físicas. A economia baseada no saber altera não

só os modos de produção e a estrutura do emprego, mas também cria novas exigências de “performance” em termos de sistema urbano.

Questões das cidades

Por um lado, as trocas eletrônicas, tanto para o trabalho em casa, como para o comércio e os negócios, podem conduzir a menores necessidades de equipamentos urbanos edificados. Por outro lado, esses processos geram muito mais tráfego de veículos de transporte e de entrega de mercadorias, com fortes impactos nos centros das cidades já tão fortemente congestionados. A maior parte das empresas mundiais (industriais ou de serviços) implanta-se geralmente sem estabelecer relações com os lugares onde se instalam, já que as considerações econômicas internacionais ultrapassam cada vez mais os aspectos locais, sociais, ambientais e de segurança.

Além disso, a globalização da economia reforça o impacto dos fatores externos sobre o desenvolvimento urbano. Mesmo trazendo novas oportunidades, a globalização enfraquece muitas vezes a economia local tradicional, conduzindo à depreciação dos objetivos locais e à perda das ligações econômicas e culturais entre a cidade e a região. Sem um quadro de governança local capaz de responder a esses desafios para preservar os interesses das categorias sociais desfavorecidas, essas forças econômicas podem conduzir a um processo de exclusão social e a situações de precariedade.

Desafios para as cidades do futuro

A economia baseada no saber será mais importante que as indústrias convencionais; e da otimização das “performances” das atividades econômicas deverá resultar

mais tempo livre para os habitantes. Este fato relaciona-se com a maior escolha de atividades culturais e de lazer, reais ou virtuais.

As novas atividades econômicas deveriam igualmente resultar em: menor poluição, centros das cidades mais animados, paisagens valorizadas e mais biodiversidade ao longo dos perímetros urbanos e no espaço rural do entorno. As qualidades culturais, assim como as ambientais, serão progressivamente reconhecidas como fatores competitivos importantes para as cidades. A identidade histórica específica e as qualidades de cada cidade terão um papel decisivo no seu desenvolvimento. De todos os seus objetivos, as cidades terão necessidade de desenvolver aqueles que melhor lhes permitam assegurar a sua prosperidade num contexto de redes de cidades, que se desenvolverão em diferentes escalas, produzindo novas formas de cooperação. Um desafio importante consiste em atingir este objetivo, assegurando que a maior parte da população se sinta total e ativamente incluída.

3. Alterações ambientais *Tendências*

O ambiente físico é grandemente afetado pela escala crescente das atividades econômicas, pela urbanização contínua e consumidora de solo, pelo declínio da agricultura e pela expansão das redes de infraestruturas e de serviços. Os espaços naturais no interior e ao redor das cidades tendem a desaparecer sob a pressão da expansão econômica.

O ambiente físico é também ameaçado pela poluição e pelo consumo de recursos não renováveis. A contaminação do solo, da água e do ar continua a aumentar; e o ruído e a poluição luminosa ameaçam seriamente a capacidade de assimilação dos ambientes natural e humano. Mudanças climáticas

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

induzem condições atmosféricas menos estáveis, acompanhadas de mais precipitação, ventos mais fortes, mais turbulência e aumento do nível do mar.

Questões das cidades

Más condições de saúde nas cidades são a consequência de atividades poluentes e produção de resíduos. Menos espaços livres e menos biodiversidade nas cidades são ameaças para a qualidade de vida urbana e dos espaços públicos. O valor ambiental das orlas urbanas na periferia da maioria das cidades está em declínio. A agricultura e os espaços livres dão lugar a construções, a estruturas e a atividades não apropriadas aos espaços rurais.

As inundações cujos estragos se fazem sentir em quase toda a Europa aumentam o sentido de insegurança. Perigos ainda mais graves podem afetar as grandes concentrações urbanas costeiras, preocupadas com o aumento do nível das águas do mar. As violentas tempestades, as avalanches e os deslizamentos de terras intensificam a tomada de consciência da necessidade de medidas públicas de proteção contra as catástrofes naturais.

Desafios para as cidades do futuro

As ameaças dos impactos ambientais sobre as cidades criaram vários desafios para o futuro. As precauções e as considerações ambientais devem estar incluídas em todos os processos de tomada de decisão e não só onde as avaliações de impacto ambiental são obrigatórias. Considerar os ecossistemas é uma preocupação que deve ser integrada à gestão da cidade. É preciso encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano baseado na economia e as condições de vida saudáveis. Encontrar os meios financeiros para valorizar e proteger os espaços naturais

e a biodiversidade é importante tarefa a se cumprir. A necessidade de um ambiente sustentável implica também uma gestão atenta do espaço, para a qual o urbanismo e o planejamento estratégico do território são instrumentos essenciais.

A perenidade da agricultura nas franjas urbanas é essencial ao equilíbrio da cidade. A opção pela proximidade dessa atividade do espaço construído, longe de ser um problema, deve ser encorajada e incentivada. Deve ser concedido incentivo financeiro à proteção e ao desenvolvimento das atividades agrícolas, em particular àquelas que abasteçam os mercados locais ou que apliquem métodos orgânico-naturais de produção (agricultura biológica ou biodinâmica).

4. Alterações urbanas

Tendências

A cidade não é uma entidade edificada contínua, densa; ela inclui sempre uma variedade de formas e espaços urbanos. O desenvolvimento das cidades e das regiões não é só o resultado de técnicas modernas de planejamento do espaço, mas também o resultado de desenvolvimentos informais e não planejados do passado. O contexto para o desenvolvimento futuro das cidades está mudando. As tecnologias de informação e de comunicação permitem comunicações mundiais diretas e imediatas. A acessibilidade física progrediu imensamente, como consequência da melhoria das infraestruturas, notadamente no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens sobre redes otimizadas e bem geridas que se estendem rapidamente. Os sistemas tendem a funcionar com mais eficácia, a custos reduzidos, gerando novas soluções e novas formas e modelos urbanos.

Questões das cidades

Uma melhor acessibilidade física que resulte de melhor infraestrutura de transporte tende, no entanto, a criar barreiras e obstáculos, especialmente para os meios de transporte e de deslocamento mais lentos e tem como resultado a fragmentação das periferias, da cidade e da paisagem, conduzida por estruturas físicas dominantes. A suburbanização e a dispersão das funções urbanas para as zonas periféricas da cidade implicam maiores distâncias de deslocamento e, finalmente, a deterioração da qualidade dos equipamentos e dos serviços.

Um decréscimo do uso do transporte público e um crescimento da utilização do transporte individual agravam, ainda mais, os problemas das cidades.

Em termos econômicos, o processo de globalização manifesta-se pela dispersão mundial da produção, assim como uma concentração da gestão e das funções nas grandes cidades. Isso pode conduzir ao crescimento acelerado das regiões metropolitanas em detrimento de outras formas de organização territorial.

A crescente disparidade entre os diferentes grupos terá como resultado alterações não somente nas políticas urbanas, mas também nas grandes zonas desfavorecidas, contrastando com os esquemas de desenvolvimento sofisticados para as novas atividades econômicas e bairros residenciais bem conservados, destinados a grupos privilegiados.

Desafios para as cidades do futuro

Devem ser aplicados os novos desenvolvimentos tecnológicos nas comunicações, na informação e nos transportes, de tal modo que os cidadãos e a vida na cidade, no seu conjunto, deles

se beneficiem. Novos equilíbrios entre os objetivos históricos e culturais e a tecnologia terão como resultado a criação de novas identidades urbanas, mais atraentes. Não se deve hesitar em utilizar todos os desenvolvimentos tecnológicos possíveis para apoiar o desenvolvimento sustentável e a perenidade das cidades no futuro.

São necessárias novas regras para o desenho e a composição urbana, as quais prevejam que as partes antigas e novas das cidades devam ser planejadas de maneira coerente para oferecer soluções apropriadas, ligando sempre o passado ao futuro. É preciso também que existam laços contínuos entre os espaços livres e os espaços construídos – nas diferentes escalas territoriais, desde o quarteirão até a cidade, e das redes de cidades ao território global da Europa. As formas urbanas devem integrar uma mistura social e urbana e contribuir para uma melhor qualidade de vida. O lazer na cidade pode se tornar uma combinação de ambientes virtuais e físicos, com possibilidades ainda desconhecidas.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que um número significativo dos usuários das cidades não vive nas cidades. Para esses, é importante oferecer ambientes e serviços de alta qualidade. O processo de planejamento do espaço deve gerar um verdadeiro compromisso entre todos os atores e salvaguardar os interesses coletivos – um instrumento essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável e a coesão social.

Os critérios de organização do espaço deverão ser adaptados à competição entre as cidades para o desenvolvimento econômico e, por essa razão, devem ser aplicadas todas as técnicas do pensamento estratégico nas políticas urbanas.

Finalmente, o caráter único da cultura urbana europeia, parcialmente herdado da sua histórica e dos seus diferentes estilos de vida, necessita de urbanistas profissionais que tenham a consciência e o *saber fazer* necessários para compatibilizar as novas formas urbanas com as necessidades da população do século XXI.

B2 - Os compromissos dos Urbanistas⁹

Os compromissos dos urbanistas

Compromissos dos urbanistas que trabalham na Europa.

Entendido que a expressão urbanista não se refere a uma categoria profissional, e sim aos agentes de planeamento que tenham o perfil definido na Carta de Lisboa, vamos à parte de nossos estudos que descreve o conjunto de valores que deve orientar os atos profissionais dos urbanistas nas suas intervenções junto aos poderes públicos e à população, de forma a poder colocar em prática essa perspectiva e a aplicar os princípios de desenvolvimento das cidades preconizados na Carta.

O urbanismo e o planeamento do território são fundamentalmente um trabalho realizado por equipas transdisciplinares, envolvendo diferentes profissionais e atores, num processo complexo. O objetivo desse capítulo – os compromissos dos urbanistas – é possibilitar ao cursista identificar-se como um urbanista. Por meio da verificação das atribuições e do perfil de outros profissionais, serão esclarecidas as suas competências, reforçando-se a necessidade de coesão e de solidariedade entre urbanistas.

9 - O "urbanista" não está vinculado especificamente a arquitetura ou a qualquer corporação; ele é o sujeito profissional engajado na organização do espaço e de seus usos, um especialista na interpretação de conceitos teóricos que envolvam o uso do espaço. A expressão urbanista não se refere, pois, a uma categoria profissional, mas sim aos agentes de planeamento que possam ter o perfil definido na Carta.

O papel do urbanista evolui com o desenvolvimento da sociedade, das leis e das políticas de ordenamento do território. Essas variam segundo os quadros políticos e sociais de cada país e segundo os diferentes papéis sociais e profissionais: de funcionários administrativos, de gestores, de especialistas de consultores ou professores. O que distingue os urbanistas é o fato de eles se concentrarem nos interesses da sociedade na sua globalidade e também em cada forma de estabelecimento humano, em cada região, levando em conta o futuro de longo prazo.

Os urbanistas analisam, elaboram esquemas, implementam e monitoram estratégias e políticas de desenvolvimento. Como em todas as disciplinas, contribuem também para a formação profissional e a investigação, a fim de adaptarem permanentemente o ensino às necessidades do presente e do futuro.

Os urbanistas participam ativamente das diferentes fases e escalas do processo de organização do espaço, ainda que não possam estar comprometidos da mesma maneira em todas elas ao mesmo tempo.

É amplamente reconhecido que o planeamento não consiste apenas em elaborar planos. Trata-se também dum processo político para atingir um equilíbrio entre os interesses em causa, públicos e privados, de forma a permitir as arbitragens necessárias aos conflitos de interesse que surjam entre as diferentes exigências do planeamento e dos programas de desenvolvimento. Isso mostra a importância do papel do urbanista como mediador. O *saber-fazer* dos urbanistas em matéria de mediação e de negociação será cada vez mais importante, tanto hoje como no futuro.

O papel do urbanista é hoje mais exigente do que jamais foi. Requer

competências acuradas em matéria de composição urbana, de síntese, de gestão e de administração, para desenvolver todas as etapas do processo do planejamento do território. Exige aproximação humanista e científica e a busca de consenso social, sempre respeitando as diferenças individuais e as decisões políticas, para colocar em prática a execução, a gestão, o monitoramento e a revisão dos planos e programas.

A complexidade e o desafio desse papel exigem toda uma série de competências específicas dos urbanistas, que serão os profissionais do século XXI. Eles atuarão como conselheiros estratégicos, como “planejadores do território”, como *gestores-administradores-animadores urbanos* ou como especialistas científicos.

O urbanista como humanista e cientista compromete-se a:

- ⇒ Analisar as características existentes e as tendências, considerando o contexto geográfico em sentido lato e concentrando-se nas necessidades alongo prazo, para oferecer uma informação completa, clara e rigorosa aos detentores do poder político, aos atores e à população em geral;
- ⇒ Tornar acessível a informação disponível, considerando os indicadores europeus, e adotar representações que facilitem o debate público e a compreensão compartilhada das soluções propostas e dos processos de tomada de decisão;
- ⇒ Conservar um conhecimento apropriado sobre a filosofia, a teoria, a investigação e a prática contemporânea do ordenamento do território e do urbanismo, através da formação contínua;

- ⇒ Contribuir para a formação e ensino e para o desenvolvimento da profissão de urbanista na Europa, integrando a teoria e a prática;
- ⇒ Encorajar a crítica saudável e construtiva da teoria e prática do planejamento territorial e compartilhar resultados da experiência e da investigação, a fim de contribuir para a evolução do conhecimento e para a competência em matéria de planejamento do território e do urbanismo.

O urbanista como planejador urbano e visionário compromete-se a:

- ⇒ Pensar em todas as dimensões que permitam a articulação de estratégias locais e regionais no quadro das tendências globais (“*Pensar globalmente, agir localmente*”);
- ⇒ Aumentar as possibilidades de escolha e as oportunidades para todos, reconhecendo responsabilidade especial nas necessidades das populações desfavorecidas;
- ⇒ Proteger a integridade e o ambiente natural, a excelência da composição urbana e preservar a herança cultural do ambiente construído para as gerações futuras;
- ⇒ Propor alternativas a problemas e desafios específicos, medindo limiares e impactos, colocar em evidência as identidades locais e contribuir para o próprio desenvolvimento local, implementando programas e estudos de viabilidade;
- ⇒ Desenvolver e elaborar estratégias espaciais de desenvolvimento mostrando as oportunidades para o desenvolvimento futuro das cidades ou das regiões;

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

- ⇒ Identificar a melhor posição do plano, ou do esquema, nas redes (inter) nacionais, mais relevantes, de cidades e regiões;
- ⇒ Convencer todos os atores a partilhar visão comum e de longo prazo, para a sua cidade ou região, acima dos interesses e objetivos individuais.

O urbanista como conselheiro estratégico e mediador compromete-se a:

- ⇒ Respeitar os princípios de solidariedade, subsidiariedade e igualdade nas tomadas de decisão, tanto nas decisões que ele próprio propõe como na implementação dessas propostas;
- ⇒ Aconselhar as autoridades preparando-lhes propostas e soluções, com metas a cumprir, objetivos a atingir, análises de impacto e diagnósticos, procurando sempre melhorar e realçar a importância do bem-estar público;
- ⇒ Sugerir e elaborar instrumentos operacionais que assegurem a eficiência e a justiça social nas políticas de ordenamento;
- ⇒ Facilitar a verdadeira participação pública e a responsabilização das autoridades locais, dos gestores, dos atores económicos e dos cidadãos, para coordenar desenvolvimentos e assegurar a continuidade e a coesão espaciais;
- ⇒ Coordenar e organizar a colaboração entre todos os atores envolvidos de forma a encontrar consenso e resolver os conflitos através de decisões inequívocas preparadas para as autoridades competentes;
- ⇒ Esforçar-se por um alto nível de comunicação que assegure o conhecimento e a compreensão dos futuros usuários.

O urbanista como gestor-administrador urbano compromete-se a:

- ⇒ Adotar modos de gestão estratégica no processo de desenvolvimento espacial, acima da elaboração dos planos, destinados a servir as necessidades burocráticas administrativas;
- ⇒ Alcançar a eficiência e a eficácia das proposições adotadas, tendo em conta a viabilidade económica e os aspectos ambientais e sociais do desenvolvimento sustentável;
- ⇒ Considerar o planeamento do território segundo os princípios e os objetivos do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) e outros documentos de política da União Europeia (UE), para adaptar as propostas locais e regionais às estratégias e políticas europeias;
- ⇒ Coordenar diferentes níveis territoriais e diferentes setores a fim de assegurar a colaboração, o envolvimento e o apoio de todas as autoridades administrativas e territoriais;
- ⇒ Estimular a parceria entre os setores público e privado, para valorizar os investimentos, criar empregos e atingir a coesão social;
- ⇒ Beneficiar positivamente dos Fundos Europeus, encorajando a participação das autoridades locais e regionais nos programas e projetos cofinanciados pela UE;
- ⇒ Monitorar e avaliar permanentemente os planos para corrigir resultados não previstos; propor soluções ou ações, e assegurar uma inter-relação retroalimentadora contínua entre as políticas de planeamento territorial e sua implementação.

ANEXO

História da Nova Carta de Atenas

A *Nova Carta de Atenas* foi adotada pelo *Conselho Europeu de Urbanistas* (CEU) em Maio de 1998, na conferência internacional de Atenas. Nessa ocasião, foi decidido que o CEU deveria manter a Carta em contínuo processo de revisão e atualizá-la a cada quatro anos. O presente documento, elaborado por um grupo de trabalho do CEU, é o resultado desse processo de revisão.

É importante comparar a Carta do CEU com a Carta de Atenas original, de 1933, que contém uma visão prescritiva sobre o desenvolvimento das cidades, com áreas de habitação e trabalho de alta densidade, ligadas por sistemas de transporte de massas eficazes. Em contraste, a Nova Carta e essa revisão centram-se nos

habitantes e nos usuários da cidade e em suas necessidades num mundo que passa por grandes mudanças. Essa Carta propõe uma perspectiva de *cidade coerente*, que pode ser atingida pelo urbanismo e pelos urbanistas, em colaboração com outros profissionais. Propõe novos sistemas de governança e pistas que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, utilizando as vantagens das novas formas de comunicação e as tecnologias de informação. Ao mesmo tempo, é uma visão realista que distingue os aspectos do desenvolvimento da cidade onde o urbanismo exerce influência real e em lugares onde ele tem papel mais limitado.

Construindo e reconstruindo a cidade do futuro

Conceitos-chave

Para facilitar a compreensão, indicamos o significado com o qual determinados conceitos são utilizados neste texto:

- ⇒ Cidade (*polis, civitas*): estabelecimento humano com certo grau de coerência e coesão. Não se considera somente a cidade convencional e compacta, mas também as cidades-região e as redes de cidades;
- ⇒ Espacial (utilizado em combinação com estratégia, planejamento, e desenvolvimento): o espaço (espacial) é um dos mais importantes recursos naturais para realização das atividades humanas, com oferta limitada, mas sendo fonte de grande procura. Por este motivo, faz-se necessária a gestão prudente de espaço;
- ⇒ Estratégia Espacial ou Territorial: apreensão concertada do espaço em diferentes escalas, desde a escala local até a regional, nacional, continental e planetária, incluindo os solos, as pessoas e as atividades;
- ⇒ Urbanista: profissão envolvida com a organização, com a gestão e como os usos do espaço; especialista na interpretação dos conceitos teóricos com tradução no espaço, e na elaboração de programas e planos;
- ⇒ Conexões (ou conectividade): relações organizadas funcionais e operacionais, estabelecidas entre elementos, para produzir uma coerência – neste caso, coerência das cidades (definindo-se cidade em sentido lato);
- ⇒ Rede: entidade flexível composta por um sistema de unidades interligadas que compartilham algumas orientações comuns e a capacidade para responder de forma concertada e seletiva.
- ⇒ Integração: Organização de um sistema de elementos que se baseia em princípios comuns e que envolve forte sentido de unidade.

Agradecimentos

O CEU agradece ao Grupo de Trabalho da Carta, composto por Paulo V.D. Correia (coordenador), Virna Bussadori, Jed Griffiths, Thymio Papayannis e Jan Vogelij, com a contribuição de Maro Evangelidou. O CEU agradece também as contribuições de grande valor recebidas da SFU (França), TUP (Polónia), DUPPS (Eslovênia), VRP (Bélgica), BNSP (País Basco), GPA (Grécia), MaCP (Malta) e, um pouco tardiamente, do SRL (Alemanha).

Outubro, 2003

Diretoria Administrativa

Diretor Presidente

Eliseu Padilha

Diretor Vice-Presidente

Edinho Bez

Diretor Secretário

Edson Ezequiel

Diretor Tesoureiro

Afrísio Vieira Lima Filho

Secretário Executivo

João Henrique de Almeida Sousa

Diretores

Marinha Raupp

Moises Aveino

Romero Jucá

Waldemir Moka

Wellington Coimbra

Diretores suplentes

Aparecida Bezerra

Mauro Benevides

Osmar Terra

Secretário-Executivo Adjunto

Francisco de Assis Mesquita

Conselho Curador

Presidente

Esacheu Cipriano Nascimento

Conselheiros

Adenor Piovesan

Carlos Eduardo Fioravanti da Costa

Dorany Sampaio

Elcione Nascimento

Esacheu Cipriano Nascimento

Evandro Mesquita

Francisco Donato Jr

Henrique Pires

Michel Temer

Pedro Simon

Regina Perondi

Ronan Tito

Wolney Siqueira

Conselheiros suplentes

Rosemary Soares Antunes Rainha

Gleire Belchior de Aguiar Bezerra

Colbert Martins

#EducacaoLiberta



www.fundacaoulysses.org.br
www.ead.fundacaoulysses.org.br



ead@fundacaoulysses.org.br



www.youtube.com/FundUlysses



www.twitter.com/FundUlysses



www.facebook.com/FundacaoUlyssesGuimaraesNacional



Fundação Ulysses Guimarães Nacional
www.fundacaoulysses.org.br
fug@fundacaoulysses.org.br
(61) 3216 9758

Câmara dos Deputados, anexo I, 26º andar,
salas 3 e 4 - CEP: 70160-900 / Brasília - DF

Programa de Formação Política
www.ead.fundacaoulysses.org.br
ead@fundacaoulysses.org.br
(51) 3072 7015

Rua Riachuelo, 421, Centro
CEP: 90010-270 / Porto Alegre-RS



Fundação Ulysses Guimarães Nacional

www.ead.fundacaoulysses.org.br

ead@fundacaoulysses.org.br

(61) 3216 9758

Câmara dos Deputados, anexo I, 26º andar, salas 3 e 4

CEP: 70160-900 | Brasília - DF



www.twitter.com/FundUlysses



www.youtube.com/FundUlysses



www.facebook.com/FundacaoUlyssesGuimaraesNacional